

SUMÁRIO



SEDUC-RO

Técnico Educacional – Atividade De Secretariado

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.....	1
Identificação de tema, ideia principal e informações explícitas e implícitas.....	16
Relação entre partes do texto; denotação e conotação; Relações semânticas básicas: sinônima, antônima, homônima, paronímia e polissemia	18
Ortografia oficial conforme o Acordo Ortográfico	24
Acentuação gráfica.....	28
Classes de palavras: substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção, com noções básicas de flexão	36
Formação de palavras: prefixação, sufixação e composição; verbos: tempos e modos mais usuais, vozes verbais e formas nominais	48
Concordância nominal e verbal	56
Regência nominal e verbal em usos frequentes	62
Emprego do acento indicativo da crase em situações comuns	69
Pronomes: uso e colocação pronominal em frases simples	73
Pontuação: uso da vírgula, ponto final, ponto de interrogação, ponto de exclamação, dois-pontos, ponto e vírgula e travessão.....	79
Figuras de linguagem mais comuns, coletivos.....	89
Noções básicas de sintaxe: termos essenciais da oração (sujeito e predicado); período simples e noções introdutórias de período composto por coordenação e subordinação	94
Questões	100
Gabarito	106

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

Aspectos históricos da formação territorial de Rondônia e do Brasil; povos indígenas, ocupação e colonização; religião, economia e infraestrutura nos processos de formação regional; principais marcos da história de Rondônia; acontecimentos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais recentes no estado, no Brasil e no mundo.....	1
Geografia física de Rondônia e do Brasil: localização, clima, relevo, hidrografia, solos e biomas; características ambientais e desafios socioambientais	3
Globalização como processo de transformação mundial.....	17
Localização e limites entre os municípios de Rondônia.....	20

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Divisões político-administrativas do estado; divisas e fronteiras de Rondônia com estados e países vizinhos	22
Governadores do estado de Rondônia e suas gestões no contexto histórico	24
Setores produtivos da agropecuária em Rondônia: principais culturas, áreas de exploração e importância econômica	26
Economia regional: produção, transporte, comércio e serviços; dinâmicas populacionais e urbanização	29
Interações entre sociedade, economia e meio ambiente; utilização sustentável dos recursos naturais	32
Questões	34
Gabarito	38

INFORMÁTICA BÁSICA

Conceitos de informática básica; hardware e software	1
Sistemas operacionais: conceitos	8
Uso básico do Windows. noções elementares de outros sistemas operacionais (como Linux); área de trabalho, janelas, arquivos, pastas e dispositivos de armazenamento; organização e gerenciamento de arquivos e pastas; procedimentos básicos de instalação e desinstalação de programas	9
Conceitos e modos de utilização de aplicativos de edição de texto, planilhas eletrônicas e apresentações (como Microsoft Office e similares); formatação de documentos, planilhas e slides; uso de funções simples em planilhas; organização de dados e gráficos	41
Conceitos e modos de uso de tecnologias, ferramentas e aplicativos associados à Internet e à Intranet; navegação segura na web; pesquisa de informações	97
E-mail: envio, recebimento e anexos	105
Noções de segurança da informação e boas práticas de uso	111
Conceitos de nuvem	119
Armazenamento online e compartilhamento de arquivos	123
Questões	124
Gabarito	131

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções básicas de administração pública aplicadas ao ambiente escolar; Organização e funcionamento da Secretaria Escolar; Rotinas administrativas e de secretariado.....	1
Atendimento ao público interno e externo	8
Comunicação oral e escrita no ambiente de trabalho	12
Redação oficial básica; Elaboração, leitura e organização de documentos; Protocolos, registros, atas, ofícios, memorandos, requerimentos e comunicados	18
Arquivo escolar.....	33
Classificação, organização, guarda e conservação de documentos	34
Controle e movimentação de processos	35
Noções de legislação educacional aplicada à secretaria escolar; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	39
Estatuto da Criança e do Adolescente	71
Princípios da gestão democrática na escola	137
Ética no serviço público.....	142
Sigilo profissional.....	152
Relacionamento interpessoal e trabalho em equipe	154
Uso de sistemas informatizados da área educacional	155
Informática básica aplicada às atividades de secretariado; Uso de editores de texto, planilhas eletrônicas e correio eletrônico	156
Organização de agendas, reuniões e eventos escolares	169
Controle de frequência, matrículas e histórico escolar.....	179
Apoio administrativo às atividades pedagógicas.....	191
Noções de organização do tempo e do espaço de trabalho	192
Responsabilidade socioambiental no ambiente escolar	195
Questões	200
Gabarito	204



SITUAÇÃO COMUNICATIVA

A situação comunicativa é o contexto em que ocorre a interação entre os participantes de um ato comunicativo. Ela compreende os elementos fundamentais da comunicação e é crucial para a interpretação adequada de um texto ou enunciado, seja ele verbal ou não verbal.

Entender a situação comunicativa permite ao leitor identificar as intenções do emissor, a natureza da mensagem, e os fatores que influenciam a recepção pelo destinatário.

► Elementos da Situação Comunicativa

- **Emissor:** Aquele que produz e envia a mensagem. Pode ser uma pessoa, instituição ou grupo.
- **Exemplo:** Um professor explicando um conceito para seus alunos.
- **Receptor:** Quem recebe a mensagem e a interpreta. Pode ser individual ou coletivo.
- **Exemplo:** Os alunos que escutam a explicação do professor.
- **Mensagem:** O conteúdo transmitido pelo emissor ao receptor.
- **Exemplo:** As palavras ou conceitos usados pelo professor na explicação.
- **Canal:** O meio pelo qual a mensagem é transmitida. Pode ser oral, escrito, visual ou eletrônico.
- **Exemplo:** A fala do professor (oral) ou os slides utilizados na aula (visual).
- **Código:** O sistema de sinais compartilhado entre emissor e receptor. Na maioria dos casos, é a língua, mas pode incluir imagens, sons ou gestos.
- **Exemplo:** O idioma português usado na explicação.
- **Contexto:** O conjunto de circunstâncias que envolve a comunicação, incluindo fatores culturais, sociais, históricos e físicos.
- **Exemplo:** A aula em um ambiente escolar, com um tema específico de estudo.

► Importância da Situação Comunicativa

A análise da situação comunicativa é fundamental para compreender as intenções por trás de um texto ou enunciado. Sem considerar o contexto, há o risco de interpretações equivocadas.

Em uma prova, por exemplo, uma questão pode exigir que o candidato interprete um texto considerando as condições em que foi produzido, o público-alvo e o objetivo.

Exemplo prático:

Imagine a seguinte mensagem escrita em uma placa:

“Proibido estacionar das 8h às 18h.”

Para interpretar corretamente, é necessário considerar o contexto da situação comunicativa: trata-se de uma norma reguladora do espaço urbano, destinada a motoristas, que estabelece limites específicos de tempo.



A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL E O PAPEL ESTRATÉGICO DA REGIÃO NORTE

A história da formação territorial do Brasil está diretamente ligada à expansão da colonização portuguesa, aos acordos diplomáticos com potências europeias e ao uso político e econômico do território. A colonização iniciou-se oficialmente em 1500, mas o domínio efetivo sobre o interior do país foi gradual. A região Norte, onde se insere Rondônia, só começou a ser ocupada de forma sistemática a partir dos séculos XVIII e XIX.

O Tratado de Tordesilhas (1494) dividia as terras americanas entre Portugal e Espanha, mas foi desrespeitado pelas expedições bandeirantes, que adentraram o território em busca de metais preciosos e indígenas para escravizar. Mais tarde, o Tratado de Madri (1750) redefiniu os limites territoriais com base no princípio do “uti possidetis”, reconhecendo a ocupação de fato pelos colonos portugueses — incluindo áreas que hoje compõem Rondônia.

Apesar de politicamente integradas ao Império do Brasil após a independência em 1822, muitas áreas do Norte permaneceram isoladas. Foi apenas com os ciclos extrativistas, como o da borracha, que a Amazônia passou a ter maior relevância econômica e estratégica para o Estado brasileiro. Rondônia se destaca neste processo como um território de fronteira, militarmente sensível e economicamente promissor.

Povos Indígenas, Primeiras Expedições e a Ocupação do Vale do Guaporé

Antes da chegada dos colonizadores, Rondônia era habitada por diversos povos indígenas, cada um com sua língua, cultura, modo de vida e relação com a natureza. Entre os principais grupos destacam-se:

- Cinta Larga
- Gavião
- Suruí (Paiter)
- Karitiana
- Arara
- Aikanã
- Zoró
- Tupari

Esses povos ocupavam extensas áreas e viviam em harmonia com os rios, florestas e ciclos sazonais. Tinham estruturas sociais complexas e sistemas de crenças que regiam o uso do território.

A partir do século XVIII, a região passou a ser explorada por portugueses e espanhóis, especialmente no contexto da disputa pelas fronteiras. A fundação de fortificações militares — como o Real Forte do Príncipe da Beira, em 1776, no atual município de Costa Marques — representou a tentativa de controle territorial da região.

Com o passar dos séculos, as expedições em busca de ouro e a instalação de missões religiosas contribuíram para a redução da população indígena por meio de guerras, doenças e deslocamentos forçados. No entanto, mesmo diante da pressão colonizadora, muitos desses povos resistiram e mantiveram sua presença em terras rondonienses até os dias de hoje, embora em contextos de vulnerabilidade.



Hardware

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

► Gabinete

Também conhecido como torre ou caixa, é a estrutura que abriga os componentes principais de um computador, como a placa-mãe, processador, memória RAM, e outros dispositivos internos. Serve para proteger e organizar esses componentes, além de facilitar a ventilação.



Gabinete

► Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.





Fundamentos e Princípios da Administração Pública na Escola

A administração pública no contexto educacional é o conjunto de diretrizes e normas que regem a organização, o gerenciamento e a execução das políticas de ensino dentro do aparato estatal. Diferente da gestão de empresas privadas, o ambiente escolar público está vinculado estritamente ao regime jurídico administrativo, o que significa que todas as ações realizadas dentro da escola devem visar ao interesse da coletividade e ao cumprimento do dever constitucional do Estado com a educação. Administrar uma escola pública exige o conhecimento de normas que garantem a regularidade de processos que vão desde a conservação do prédio até o cumprimento do projeto político-pedagógico.

Nesse cenário, o gestor e os demais profissionais da educação atuam como agentes públicos, cujas funções são delegadas para assegurar que o serviço de ensino seja contínuo e universal. A administração escolar pública envolve a gestão de recursos financeiros, humanos e patrimoniais, exigindo um alto grau de conformidade com os regulamentos dos sistemas de ensino federal, estaduais ou municipais. A compreensão dessa estrutura é o que permite que a escola funcione como uma engrenagem eficiente do Estado, respeitando a hierarquia administrativa e os direitos dos cidadãos que utilizam o serviço.

O Princípio da Legalidade e a Vinculação Administrativa

O princípio da legalidade é a base primordial de toda a administração pública e dita que o agente público só pode realizar aquilo que está expressamente previsto e autorizado em lei. No ambiente escolar, este princípio atua como uma garantia contra o autoritarismo e a arbitrariedade, assegurando que as decisões tomadas pela direção ou pelo conselho escolar tenham fundamento em normas vigentes. Isso significa que não há espaço para a vontade pessoal do gestor; todas as ordens de serviço, regulamentos internos e punições disciplinares devem estar amparadas por dispositivos legais prévios.

Além disso, a legalidade impõe que todos os procedimentos administrativos, como a contratação de serviços de manutenção ou a organização de calendários, sigam ritos específicos. Se um ato administrativo for praticado sem o devido respaldo legal, ele é passível de anulação e o responsável pode ser penalizado. Portanto, a conformidade legal na escola não é apenas uma formalidade, mas a segurança jurídica necessária para que a instituição cumpra seu papel social sem desvios de finalidade ou excesso de poder.

Impessoalidade, Moralidade e o Tratamento Equânime

A impessoalidade determina que a administração escolar deve ser voltada ao interesse público, proibindo o favorecimento de indivíduos ou grupos específicos. No cotidiano da escola, este princípio proíbe que critérios de amizade, parentesco ou inclinação política influenciem a distribuição de vagas, a escolha de turmas ou a priorização de atendimentos. O agente público atua em nome do Estado, e não em nome próprio, o que exige que o tratamento dispensado a alunos, pais e funcionários seja neutro, justo e igualitário, independentemente de quem ocupe os cargos de liderança.

Somado a isso, o princípio da moralidade administrativa exige que a conduta do servidor vá além da simples obediência à lei, integrando a ética e a honestidade ao exercício da função. A moralidade impõe que o gestor aja com boa-fé, prezando pela lealdade à instituição e pela integridade no manejo da coisa pública. Uma ação pode ser legal do ponto de vista técnico, mas se ela ferir a moralidade ou a ética esperada de um representante do Estado, ela pode ser contestada judicialmente. A moralidade é, portanto, o filtro ético que garante que a escola seja um ambiente de confiança e integridade para toda a comunidade escolar.